

Henrique Monteiro



FOTO: HIRACIO VILLALBA/BOXCORRIS VIA GETTY IMAGES

ATÉ QUE PONTO SE DEVE SER TOLERANTE E DE QUE MODO E EM QUE ALTURA SE DEVE LIDAR COM OS INTOLERANTES

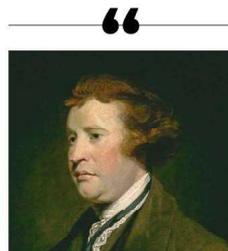
Existe um paradoxo sobre a tolerância que Karl Popper consignou no seu livro "A Sociedade Aberta e os seus Inimigos" (1945). Esse paradoxo baseia-se na premissa de que a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da própria tolerância. E acrescenta: "Se estendermos a tolerância ilimitada mesmo aos intolerantes, e se não estivermos preparados para defender a sociedade tolerante do assalto da intolerância, então os tolerantes serão destruídos e a tolerância com eles". Este argumento tem vindo bastante à baila, a propósito do modo como lidar com um partido como o Chega. Curiosamente, a sequência do raciocínio é omitida: "Nessa formulação, não insinuo, por exemplo, que devamos sempre suprimir a expressão de filosofias intolerantes; desde que possamos combatê-las com argumentos racionais e mantê-las em xeque frente à opinião pública, suprimi-las seria, certamente, imprudente", escreve Karl Popper, dizendo que a tolerância acaba, justamente, quando nos respondem com punhos ou pistolas. No essencial, embora favorável à criminalização do incitamento à intolerância e à perseguição, o filósofo diz que a intolerância deve ser combatida "com argumentos".

No mesmo sentido vai John Rawls, filósofo americano, na sua obra "Uma Teoria da Justiça" (1971). Apesar de em inúmeros aspetos diferir de Popper, John Rawls

afirma: "Uma sociedade justa deve tolerar o intolerante, caso contrário, a sociedade seria ela própria intolerante." E, a reforçar a tese de Popper, também ele entende que a sociedade tem o direito de se defender, acaso seja atacada a sua segurança, nomeadamente as instituições que preservam a liberdade.

Estas são premissas fundamentais para lidarmos com pessoas, facções ou partidos intolerantes. Desde logo, sabendo que ela é limitada; mas a intolerância dos tolerantes é sempre uma resposta. Quando Ventura foi condenado por ofender uma família, demonstrou-se que, mesmo numa sociedade tolerante e aberta, não é tudo permitido, mesmo a um deputado.

Outro argumento usado é o da complacência ou conciliação de alguns democratas, como Chamberlain e Daladier, na época primeiros-ministros do Reino Unido e de França, com Hitler e Mussolini. Porém, é bom não esquecer que no célebre Acordo de Munique, de 1938, a Alemanha era governada pelo partido nazi e já tinha iniciado (e de que maneira!) a perseguição aos opositores, aos judeus e cigãos; tinha as SS a mandar nas ruas; já anexara a Áustria e, nesse mesmo acordo, teve autorização para invadir a Checoslováquia, a fim de ocupar a região dos Sudetas. Não era pouco e a vergonha de Chamberlain, que daria o lugar a Churchill, foi ter confiado em quem já tinha aquele historial (note-se que Hitler invadiu não só os Sudetas



Há, contudo, um limite a partir do qual a paciência deixa de ser uma virtude

Edmund Burke (1729-1787), irlandês. Político, filósofo e deputado britânico, apoiante da Revolução Americana, foi opositor da Revolução Francesa, a que chamou balbúrdia sangüinolenta

como grande parte da Checoslováquia); no entanto, a guerra só foi declarada a 1 de setembro de 1939, após a invasão da Polónia. Churchill dirigiu, aliás, uma frase célebre a Chamberlain: "Entre a desonra e a guerra, escolheste a desonra e terás guerra." Palavras premonitórias.

Como já se percebeu, tudo isto vem a propósito do modo como tratar o Chega no Parlamento. Não

por o Chega ser importante, embora seja o terceiro partido, mas por ser importante para todos — e sublinho todos — entender que o Estado democrático tem leis gerais e abstratas, decorrentes da vontade dos seus cidadãos, e não dirigidas a pessoas ou partidos concretos. E, ainda que parte dos eleitores, expressa em 7% dos votos, nos pareça (e seja) absurdamente errada, incluindo alguns racistas, xenófobos, reacionários, arruaceiros, a resposta deve condizer com a lei e ser proporcional às ações de quem põe em causa o Estado democrático. Ora, um partido que começa por se afirmar contra o sistema, quer entrar nele — numa vice-presidência do Parlamento. Teremos o direito de abrir um precedente e dizer que um partido não entra devido à sua retórica? Claro que se a maioria dos deputados não quiser não entra mesmo, mas esse argumento levado ao absurdo, faria com que só tivessem direitos os detentores da maioria; e isso (outro paradoxo) é antidemocrático. Embora em democracia se determine qual a maioria que governa, ela caracteriza-se por aceitar que as minorias têm direitos. E as minorias são determinadas pelos eleitores, não pela opinião de um ou vários partidos. Caso contrário, como diz Rawls, a sociedade torna-se, ela própria intolerante. E os visados vitimizam-se, dando a aparência de terem razão no combate ao seu imaginado 'sistema'.

ANTES QUE ME ESQUEÇA



CHEGA E PCP
A vida é cheia de surpresas. Se a Constituição prevê que os quatro maiores partidos apresentem candidatos a vice-presidente da AR, tal deve-se a uma proposta do PCP, na revisão de 1982, então pela voz de Vital Moreira. O então deputado da ASDI (dissidência do PSD) Jorge Miranda apoiou; o PSD teve dúvidas, até porque — argumentou Amândio de Azevedo — o quadro parlamentar podia mudar, mas não se opôs; Almeida Santos, do PS, também não se opôs. De modo que, se hoje se discute se o Chega deve ter um vice-presidente, agradeçam ao PCP, que tratou de cuidar de si. Ironicamente, os comunistas são agora o quinto partido e não têm esse direito. Tudo isto está registado no "Diário da Assembleia da República" que obtive com a ajuda da constitucionalista e investigadora em Nuremberga Teresa Violante. Aliás, quarta-feira, no "DN", esta jurista (doutorada com a tese "Democracia e constitucionalismo em Portugal: o diálogo entre o Tribunal Constitucional e o legislador") explicou como é importante a norma de quatro vice-presidentes indicados por quatro partidos estar consagrada na Constituição, ao contrário do que se passa na Alemanha ou nos tratados da UE, cujos Parlaentos fizeram o chamado cerco sanitário à extrema-direita.



MORTE
Falemos de "Como as Democracias Morrem", um livro dos professores de Harvard Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. No livro, de 2018, bastante focado nos EUA e em Trump, considera-se que hoje as democracias morrem não com golpes, mas com degenerescências de instituições críticas, como o sistema judicial ou a imprensa. Há, para Levitsky e Ziblatt, um enfraquecimento lento e constante das normas democráticas que nos atira, cada vez mais, para os braços do autoritarismo. Dá que pensar.



ZEMMOUR
Em 2002 foi o escândalo Jacques Chirac ganhou a primeira volta das presidenciais com 19,8% dos votos e logo atrás ficou Jean-Marie Le Pen, com 16,8%, um pouco à frente do socialista Lionel Jospin. Na segunda volta houve a união de todos contra a extrema-direita, e Chirac venceu com 82%. Em 2017, Macron, que fizera uma candidatura ao centro, venceu a primeira volta com 24%; em segundo a filha de Jean-Marie, chamada Marine, com 21%. Os candidatos tradicionais (gaullistas e socialistas) ficaram de fora. Na segunda volta, Macron venceu com o apoio de todos, mas só com 66%. Agora Marine Le Pen é ameaçada por um candidato mais duro e xenófobo: Eric Zemmour. Se passassem os dois à segunda volta, ainda veríamos todos à volta de Le Pen... contra o fascismo! Mas Macron está lançado para um segundo mandato.

OS DIAS QUE ME OCORREM

EMIGRANTES
A votação dos emigrantes costuma ser a que caiu ontem do escrutínio provisório: dois deputados para o PS e dois para o PSD. Mas o escrutínio é provisório porque se armou uma emburalhada à volta dos votos vierem ou não acompanhados (mas mantendo o voto secreto) de cópia de identificação. Apesar de ser isso que está na lei, a grande maioria das mesas, sobretudo da Europa, no apuramento, misturaram os votos de quem tinha mandado identificação e não tinha. Sugestão, mesmo antes dos recursos para o TC: gastem as energias a mudar a lei eleitoral e a

simplificar o processo de voto por correspondência. Aprendam com outros, por exemplo, Espanha.

PAN(ICO)
Confesso que me dá um certo gozo ver um partido tão seguro de si e tão moralmente superior como o PAN julga ser (ou julgava) ter aqueles problemas mesquinhos de liderança. Quando se passa de um para quatro deputados, pensa-se ir numa avenida larga e que o caminho é simples; quando se passa de quatro para um, cai-se na real (ou na Inês Sousa Real). Não sei quem terá a estratégia correta; sei que sobre direitos dos animais, tão equivocados estão os

partidários da líder como os adversários. Perante o pânico que a coisa desapareça, parece agora imperar a lei da selva. Sempre é melhor do que o BE ou o PCP, onde nunca se passa nada.

VAMOS À LUTA
O ex-deputado do PCP António Filipe (um dos melhores que por lá havia) anunciou que haverá mais contestação social, mas não arruaças. Pergunto-me o que leva um partido democrático (ou não é?) a pensar que o que não ganhou nas urnas pode ganhar nas ruas (mesmo sem arruaças)? É uma questão teórica. É certo, mas interessante...

CRESCIMENTO...
Se não lêssemos mais nada, salvo os boletins oficiais, o país ia de vento em popa. O défice é menor do que o esperado e pode nem chegar aos 3%, entrando antecipadamente nas regras de Bruxelas, que este ano ainda permitiam a ultrapassagem dessa espécie de número mágico. O crescimento do PIB é revisto em alta... tudo vai bem, senhora marquesa, como dizia a velha canção.

... E QUEDA
O problema é haver uma coisa, de que mal nos lembrávamos, chamada inflação. O monstro que faz subir os preços e corresponde ao maior e

mais escondido de todos os impostos. Basta ver o custo de vida a subir e as taxas de juro a aumentar. O mais curioso é que a senhora Lagarde diz ter sido surpreendida com os valores do crescimento inflacionário. Surpresa? Não lerá o "Financial Times"? An menos um suplemento de economia de um qualquer jornal europeu? E lá se vão os bons indicadores.

UCRÂNIA
Dizem que vivemos os tempos mais perigosos desde a Guerra Fria. Russos, EUA, NATO e UE mantêm o braço de ferro. É pena o 3º vice-presidente da AR ser mais importante.

hmonteiroexpresso@gmail.com